

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8162611-71.2022.8.05.0001

Juízo de Origem: 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador (BA) Órgão  
Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

APELANTES: HEBERT DOS SANTOS MENEZES e JÚLIO ARCANJO DOS SANTOS FILHO

Defensor Público: Leonardo Alves Toledo

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Promotor de Justiça: Luciano Rocha Santana Procuradora de Justiça:  
Tânia Regina Oliveira Campos

ACORDÃO

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO DEFENSIVA. RECORRENTES  
CONDENANDOS PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 157, § 2º, INCISOS II E  
VII, DO CÓDIGO PENAL, O PRIMEIRO DELES, HEBERT, À PENA DE 05 (CINCO) ANOS,  
07 (SETE) MESES E 06 (SEIS) DIAS DE RECLUSÃO EM REGIME SEMIABERTO E AO  
PAGAMENTO DE 14 (QUATORZE) DIAS-MULTA, E O SEGUNDO, JÚLIO, À REPRIMENDA DE  
07 (SETE) ANOS E 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO EM REGIME FECHADO E AO  
PAGAMENTO DE 15 DIAS-MULTA.

1- PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS DIANTE DA SUA  
HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA – NÃO CONHECIMENTO – MATÉRIA AFETA AO JUÍZO DA  
EXECUÇÃO.

2- PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA AFASTAR A MAJORANTE PREVISTA NO ART.  
157, § 2º, VII, DO CÓDIGO PENAL, PORQUANTO PARA TANTO É IMPRESCINDÍVEL A  
APREENSÃO E REALIZAÇÃO DA PERÍCIA NA ARMA BRANCA PARA COMPROVAR A SUA  
LESIVIDADE – NÃO ACOLHIMENTO – AS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA EM JUÍZO ATESTAM A  
UTILIZAÇÃO DA ARMA BRANCA NA AÇÃO DELITIVA, O QUE FOI CORROBORADO PELOS

DEPOIMENTOS HARMÔNICOS DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO, FAZENDO INCIDIR A REFERIDA CAUSA DE AUMENTO DE PENA. PRECEDENTES DO STJ.  
APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E IMPROVIDA

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal, tombados sob n.º 81626611-71.2022.8.05.0001, oriundos da 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador (BA), tendo como Recorrentes HEBERT DOS SANTOS MENEZES e JÚLIO ARCANJO DOS SANTOS FILHO e como Recorrido o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONHECER EM PARTE e, nesta extensão, JULGAR IMPROVIDO o apelo defensivo, de acordo com o voto da Relatora, que foi vertido nos seguintes termos: Sala das Sessões, (data da assinatura digital).

Presidente

Desa. Soraya Moradillo Pinto  
Relatora

Procurador (a) de Justiça

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA

DECISÃO PROCLAMADA

Conhecido e não provido Por Unanimidade  
Salvador, 30 de Janeiro de 2024.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8162611-71.2022.8.05.0001

Juízo de Origem: 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador (BA) Órgão  
Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

APELANTES: HERBERT DOS SANTOS MENEZES e JULIO ARCANJO DOS SANTOS  
FILHO

Defensor Público: Leonardo Alves Toledo

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Promotor de Justiça: Luciano Rocha Santana Procuradora de Justiça:  
Tânia Regina Oliveira Campos

## RELATÓRIO

Tratam-se de Apelações Criminais interpostas por HEBERT DOS SANTOS MENEZES e JÚLIO ARCANJO DOS SANTOS FILHO contra a sentença prolatada pelo Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador (BA), cujo relatório adoto (ID 54633173), que julgou procedente a pretensão punitiva estatal, condenando-os pela prática do delito previsto no artigo 157, § 2º, II e VII, do Código Penal, o primeiro à pena de 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 06 (seis) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 14 (quatorze) dias-multa, fixado no valor unitário de cada dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, e o segundo à reprimenda de 07 (sete) anos e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, fixado no valor unitário de cada dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos.

Acrescente-se que o juízo primevo negou aos ora Apelantes o direito de recorrerem em liberdade, bem os dispensou do pagamento das custas processuais.

Inconformado com o decisum, a defesa dos Suplicantes interpôs Recurso de Apelação, pugnando pela concessão do benefício da assistência gratuita, por se tratar de pessoas hipossuficientes econômicas abertura e, no mérito, pela reforma da sentença para redimensionar a pena imposta, afastando a causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, inciso VII, do Código Penal, sob o argumento de que a referida faca não fora localizada, bem como os Recorrentes negaram portar qualquer arma na ocasião do delito, tampouco houve perícia (ID 54633177).

Recurso recebido em 07/08/2023 (ID 54633178).

Expedidas Guias de Recolhimento Provisórias (ID 54633181 – HEBERT; ID 54633184 – JÚLIO).

Réus intimados pessoalmente da sentença (ID 54633191 – HEBERT; ID 54633198 – JÚLIO).

Em contrarrazões recursais, o Parquet rebateu as alegações defensivas e requereu o conhecimento e improvimento do apelo (ID 54633193).

Certificado o trânsito em julgado da sentença para a acusação (ID 54633195).

Vítima intimada da sentença por edital (IDs 54633199 e 54633201).

Encaminhado o caderno processual à Procuradoria de Justiça, esta opinou pelo conhecimento e improvimento do recurso, “desmerecendo a decisão de primeiro grau qualquer censura” (ID 55589860).

Vindo-me os autos conclusos, neles lancei o presente relatório, o qual submeti à censura do eminente Desembargador Revisor, que solicitou inclusão do feito em pauta de julgamento.

Salvador/BA, (data da assinatura digital).

Desa. Soraya Moradillo Pinto  
Relatora

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8162611-71.2022.8.05.0001

Juízo de Origem: 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador (BA) Órgão  
Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma

APELANTES: HEBERT DOS SANTOS MENEZES e JÚLIO ARCANJO DOS SANTOS FILHO

Defensor Público: Leonardo Alves Toledo

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Promotor de Justiça: Luciano Rocha Santana Procuradora de Justiça:  
Tânia Regina Oliveira Campos

## VOTO

Inicialmente, quanto ao pedido de concessão do benefício da assistência gratuita, tal matéria é afeta ao juízo da execução, conforme julgados abaixo transcritos:

DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006). POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. (ART. 12 DA LEI 10.826/2003). RECURSO DA DEFESA. DAS PRELIMINARES. 1. DO PLEITO RELATIVO À CONCESSÃO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PREJUDICADO. BENEFÍCIO CONCEDIDO PELO JUÍZO DE ORIGEM NA SENTENÇA. 2. DO PLEITO RELATIVO À CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. 3. DO PLEITO RELATIVO AO RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE DAS PROVAS. 3.1 DA VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. RÉU BASTANTE CONHECIDO PELA POLÍCIA, BEM COMO EMPREENDEU FUGA NO MOMENTO DA ABORDAGEM POLICIAL. EXISTÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES. APREENSÃO DE MACONHA FRACIONADA, UM REVÓLVER, SEIS MUNIÇÕES, DOIS CELULARES E R\$ 219,00 (DUZENTOS E DEZENOVE REAIS) EM DINHEIRO NA MOCHILA ACUSADO. NULIDADE AFASTADA. 3.2 DA SUPOSTA AGRESSÃO POLICIAL. NÃO ACOLHIMENTO. AFIRMAÇÃO VAGA E DESACOMPANHADA DE QUALQUER ELEMENTO DE PROVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS NOS AUTOS DE QUE O APELANTE FOI AGREDIDO PELOS AGENTES DA LEI. ÔNUS DA COMPROVAÇÃO INCUMBE À DEFESA, CONFORME ART. 156 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRELIMINAR REJEITADA. DO MÉRITO. 4. DO PLEITO RELATIVO À ABSOLVIÇÃO DO RECORRENTE APENAS EM RELAÇÃO AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES E DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CONSUMO PESSOAL. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA COMPROVADAS NOS AUTOS. LAUDO PERICIAL. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME QUE INDICAM QUE O APELANTE EFETIVAMENTE ESTAVA TRAFICANDO DROGAS. 5. DO PLEITO RELATIVO À REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA. PENA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. MANUTENÇÃO. DA APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. RÉU CONFESSOU NA DELEGACIA QUE PERTENCIA À FACÇÃO CRIMINOSA GUARDIÕES DO ESTADO (GDE), BEM COMO OS POLICIAIS ATUANTES NA DILIGÊNCIA RATIFICARAM TAIS INFORMAÇÕES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 55 DO TJCE. COMPROVADA A DEDICAÇÃO DO APELANTE A ATIVIDADES CRIMINOSAS. REQUISITOS PARA A BENESSE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO NÃO PREENCHIDOS. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, IMROVIDO. (TJ-CE – APR: 01548729820188060001 Fortaleza, Relator: MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, Data de Julgamento: 22/03/2023, 2ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 22/03/2023)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE DECORRENTE DA FALTA DE REGISTRO ESCRITO DA sentença condenatória. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DOS VERBETES SUMULARES N.º 282 DA SUPREMA CORTE E N.º 211 DESTA CORTE SUPERIOR. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. UTILIZAÇÃO COMO MEIO PARA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO. INVIABILIDADE. BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR.

POSSIBILIDADE. INVIOLABILIDADE DE DOMICÍLIO. EXISTÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES SOBRE A PRÁTICA DO ILÍCITO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ISENÇÃO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A tese de nulidade decorrente da falta de registro escrito da sentença condenatória não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Carece a questão, portanto, de prequestionamento, incidindo as Súmulas n.º 282 da Suprema Corte e n.º 211 desta Corte Superior.

2. Nos termos do artigo 654, § 2.º, do Código de Processo Penal, o habeas corpus de ofício é deferido por iniciativa dos Tribunais quando detectarem ilegalidade flagrante, não se prestando como meio para que a Defesa obtenha pronunciamento judicial acerca do mérito de recurso que não ultrapassou os requisitos de admissibilidade. 3.

O tráfico ilícito de drogas é delito permanente, podendo a autoridade policial ingressar no interior do domicílio do agente, a qualquer hora do dia ou da noite, para fazer cessar a prática criminosa e apreender a substância entorpecente que nele for encontrada, sem que, para tanto, seja necessária a expedição de mandado de busca e apreensão.

4. No caso concreto, a entrada na residência pela autoridade policial foi precedida de fundadas razões que levaram à suspeita da prática do crime, mormente pelo fato de que existiam denúncias apontando o Agravante como traficante local, sendo que os milicianos visualizaram o Acusado portando porções da droga. O Réu, ao perceber a presença dos agentes da lei, tentou dispensar os entorpecentes.

5. A concessão do benefício da gratuidade da justiça não exclui a condenação do Acusado ao pagamento das custas processuais, mas tão somente a suspensão da sua exigibilidade pelo prazo de cinco anos.

Ademais, a análise da miserabilidade do Condenado, visando à inexigibilidade do pagamento das custas, deve ser feita pelo Juízo das Execuções.

6. Agravo regimental desprovido.

(STJ – AgRg no AREsp 1371623/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 30/04/2019) – Destaquei.

Ademais, da leitura do decisum, verifica-se que o juízo de piso isentou os Recorrentes do pagamento das custas: “Dispensou os acusados do pagamento das custas processuais”.

Desta forma, conheço parcialmente do presente recurso.

Passemos agora à análise do mérito.

Percebe-se do quanto anteriormente relatado, que a Defensoria Pública insurgiu-se apenas quanto à aplicação da causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, inciso VII, do Código Penal, não fazendo qualquer questionamento acerca da autoria e materialidade delitiva.

Sustenta que não agiu corretamente o juízo primevo ao reconhecer a referida majorante, porquanto a faca não foi apreendida ou periciada, nem bem como os Recorrentes negaram ter utilizado qualquer arma na prática delitiva.

Narrou a denúncia que:

“(…) na tarde do dia 18 de outubro de 2022, no interior do ônibus Integra, linha IAPI – LAPA, enquanto trafegava pelas proximidades da Arena Fonte Nova, nesta cidade, os denunciados, em comunhão de desígnios, um deles empunhando uma faca e valendo-se de grave ameaça, subtraiu um aparelho celular de Deisiane Costa dos Santos Reis, conforme testifica o relato das testemunhas, da vítima e o auto de apreensão de fl. 12.

Consta que a vítima era uma das passageiras do referido transporte,

momento em que fora abordada no interior do veículo por HEBERT e JÚLIO, que se passavam por passageiros, tendo HEBERT anunciado o roubo, empunhando uma faca, enquanto JÚLIO retirou-lhe o aparelho celular. Surpreendida pela ação inopinada e pela grave ameaça sofrida, a vítima entregou o celular, tendo os acusados abandonado o veículo nas imediações do Dique do Tororó, evadindo-se do local.

Os acusados foram detidos algum tempo após o roubo, em outro ponto da cidade, ao saírem do Elevador Lacerda e serem abordados por prepostos da Guarda Municipal, que perceberam os acusados “dispensando” um aparelho celular na saída do elevador, após terem visto os agentes.

Enquanto eram interrogados, o celular abandonado tocou, tendo a vítima Deisiane informado a um dos guardas acerca do roubo ocorrido e da subtração do seu aparelho celular por dois indivíduos, o que ensejou a prisão em flagrante de ambos os envolvidos.

Posteriormente, a vítima se dirigiu até a Delegacia, oportunidade na qual reconheceu os acusados como autores do fato e recuperou a res furtiva. A faca utilizada na ação não foi encontrada.

Nestes termos, configurada a prática do delito em concurso de pessoas e com a utilização de uma faca, foi estabelecido liame entre o ora acusado e os graves fatos, configurando-se a prova do crime e os indícios de autoria (...).”.

Deste modo, foram os Recorrentes denunciados como incursos nas penas do art. 157, § 2º, incisos II e VII, do Código Penal.

Percorrida a instrução, sobreveio a sentença penal condenatória ora guerreada.

Como dito alhures, a defesa se insurgiu apenas contra a aplicação da causa de aumento de pena inserta no art. 157, § 2º, inciso VII (emprego de arma branca), sob o argumento de que não houve apreensão da faca supostamente usada pelos Apelantes, tampouco a realização de perícia, situação que impede o seu reconhecimento.

Razão não assiste à defesa.

Importante destacar que tal tese fora examinada pelo juízo primevo, como se observa da leitura da sentença:

“(...) Com relação à autoria e a responsabilidade penal dos acusados, bem como quanto às demais circunstâncias, necessário se faz o estudo detido das provas carreadas aos autos, cotejando-as com o fato descrito na denúncia.

No momento de seu interrogatório em Juízo, os réus confessaram parcialmente os fatos, negando o uso da arma:

HEBERT DOS SANTOS MENEZES “...que foi por causa da droga; que estavam usando pedra; que não foi com faca; que não agrediu; que pediu o aparelho e a vítima deu; que foi por causa da droga [...] que não estava com faca no momento do roubo e nem Julio [...] que tinham umas quatro pessoas dentro do ônibus, mas pegaram o celular de uma só...”. (ID 402671754 via LifeSize). JULIO ARCANJO DOS SANTOS FILHO “...que este fato ocorreu dentro do ônibus; que não tinha pretensão de cometer o crime; que estava morando na rua; que encontrou com Hebert e ia acompanhar ele até a UPA; que entraram no ônibus; que não teve faca nenhuma; que Hebert sentou do lado da vítima; que a vítima sentiu medo e Hebert mandou passar o celular; que estava do outro lado da cadeira; que ...” (ID 402671754 via LifeSize).

Ora, as versões dos acusados não merecem acolhimento uma vez que se encontram em total divergência com as provas colhidas nos autos, tratando-

se apenas de uma mera tentativa de se eximirem de sua responsabilidade penal, senão vejamos:

Em depoimento judicial, a vítima reconheceu os acusados e confirmou os fatos em pormenorizadas e seguras declarações, inclusive a grave ameaça exercida com a faca, senão vejamos:

DEISIANE COSTA DOS SANTOS (ID 295330425 via LifeSize) – "...que reconhece os acusados presentes; que estava no ônibus saindo do trabalho pela tarde; que o ônibus ia sentido Lapa; que os acusados entraram pela porta traseira; que sentaram nos bancos do fundo onde estava; que um dos acusados sentou atrás de si e deu um nó de gravata no seu pescoço; que um dos acusados estava com uma faca peixeira apontando para si; que mandaram passar o celular; que entregou o celular e os acusados gritaram para o motorista abrir a porta para eles descenderem [...] que a linha do ônibus era lapa-Iapi; que houveram ameaças e xingamentos; que não passou de ameaça pois cooperou; que conseguiu recuperar o o celular; que os acusados descenderam nas redondezas do Dique; que não quis descer do ônibus para prestar queixa; que foi para casa e ligou para seu celular; que um guarda municipal atendeu e falou que estava com o aparelho [...] que reconheceu os acusados na delegacia..."

Importante destacar ainda que as três testemunhas da denúncia, os guardas municipais que prenderam os acusados em flagrante delito, também foram ouvidas em Juízo, reconheceram os acusados e confirmaram os fatos narrados na denúncia em precisos e firmes depoimentos, corroborando integralmente com a versão dada pela vítima:

MATHEUS COSTA MACHADO (testemunha da acusação, GCM, ID 402671754 via LifeSize) – "...que reconhece os acusados presentes; que estavam em serviço na parte inferior do elevador e os acusados descenderam; que ao avistarem a guarnição os acusados dispensaram o material; que foram verificar e viram um celular; que abordaram os acusados questionando sobre o celular; que no momento da abordagem o celular tocou e quando atenderam era a vítima informando do roubo; que levaram os acusados para a delegacia [...] que a vítima reconheceu os acusados na delegacia [...] que os acusados estavam com uma faca; que chegou a visualizar a faca [...] que a vítima relatou que estava no ônibus e os acusados ameaçaram ela com uma faca e tomaram seu celular; que não sabe se a faca que os acusados estavam foi a mesma utilizada no roubo..."

ADJAILTON SANTOS CONCEIÇÃO (testemunha da acusação, GCM, ID 402671754 via LifeSize) – "...que reconhece os acusados presentes; que os acusados estavam descendo o elevador lacerda; que um dos acusados avistou a guarnição e tentou dispensar o celular; que foi feita a abordagem e um dos acusados disse que o celular era da tia; que no momento da abordagem a vítima ligou para o próprio celular; que fizeram a prisão dos acusados; que encontraram com a vítima na delegacia; que os acusados estavam com uma faca [...] que a vítima reconheceu os acusados na delegacia [...] que a arma branca chegou a ser apreendida e foi apresentada; que a vítima relatou que estava em um ônibus na região do dique, que os acusados entraram, ameaçaram com uma faca e tomaram seu celular [...] que a faca estava com o acusado Julio..."

CRISTIAN BONFIM BRITO (testemunha da acusação, GCM, ID 402671754 via LifeSize) – "...que reconhece os acusados presentes; que estava em serviço na parte inferior do elevador; que um dos acusados se aproximou dos guardas e dispensou um celular; que fizeram a abordagem e encontraram o celular; que pediram para o acusado desbloquear o celular; que o acusado disse que o celular era da tia; que a vítima ligou para o celular na hora



e quando atendeu soube do roubo; que o acusado Julio que estava com o celular; que os acusados dispensaram o celular quando viram os guardas [...] que não lembra se o acusados estavam com alguma arma [...] que a vítima reconheceu os acusados na delegacia [...] que a vítima relatou que o pertence foi tomado em um ônibus com violência; que a vítima contou que os acusados estavam com uma arma branca [...] que os acusados estavam juntos no momento da prisão...”

Verifica-se, pois, que os depoimentos são precisos, firmes e uníssonos quanto à conduta dos réus, estando todos em absoluta conformidade e harmonia, e o conjunto probatório robusto e coeso, ratificando, assim, a prova produzida na fase inquisitorial.

No tocante à majorante do § 2º, inciso II, do art. 157 do CPB, é indiscutível que os réus agiram em concurso de pessoas na execução do crime. As testemunhas e a vítima ouvidas em Juízo, por sua vez, ao narrarem a execução detalhada do crime, confirmaram que os dois agentes participaram do evento delitivo.

Em relação à majorante do § 2º, inciso VII, do artigo 157 do CPB, é indiscutível que os réus utilizaram-se de uma arma branca durante a execução do crime. A vítima ouvida em Juízo relatou a utilização da arma pelos acusados para ameaçá-la e as testemunhas da acusação confirmaram a apreensão da arma em posse dos réus (...).”

Ora, não há qualquer reparo a ser feito na sentença impugnada.

Como visto a vítima foi categórica em afirmar que um dos acusados portava uma faca, o que foi corroborado pelo depoimento dos guardas municipais que viram um dos Recorrentes dispensarem um objeto (celular da vítima), tendo dois deles asseverados que encontraram uma arma branca com um dos Apelantes, conforme transcrições insertas na sentença.

Ressalte-se que nos crimes patrimoniais, a palavra da vítima ganha destaque, quando corroborada por outros meios de prova, como no caso em exame.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. DISTINGUISHING. AUSÊNCIA DE NULIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL. ABSOLVIÇÃO. REVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. REGIME MAIS GRAVOSO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.

1. Apesar de o reconhecimento pessoal e fotográfico não ter sido realizado na fase inquisitorial, consoante o procedimento previsto no art. 226 do CPP, o presente caso resulta em distinguishing quanto ao acórdão paradigma da nova orientação jurisprudencial, tendo em vista que a vítima relatou, nas fases inquisitorial e judicial, já conhecer o réu anteriormente à prática delitiva, o que não denota riscos de um reconhecimento falho.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima possui especial relevância, diante do modus operandi empregado na prática desses delitos, que são cometidos, via de regra, de forma clandestina, sendo que a reversão das premissas fáticas do julgado, para fins de absolvição, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível a teor da Súmula n. 7/STJ.

3. A existência de circunstância judicial desfavorável constitui fundamentação idônea no agravamento do regime prisional, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do CP.

4. Agravo regimental improvido.

(STJ – AgRg no AREsp n. 2.209.657/SP, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), Sexta Turma, julgado em 15/8/2023, DJe de 18/8/2023.)

Como visto, não resta dúvidas que os Recorrentes anunciaram o assalto, um deles utilizando uma faca, de modo que, malgrado não conste a apreensão ou perícia na referida arma branca, tal situação não impede a aplicação da majorante.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIMES DE ROUBOS MAJORADOS CONSUMADO E NA FORMA TENTADA. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR O DECISÓRIO IMPUGNADO. TESE DE NULIDADE DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO PARA CONSTITUIR NOVO ADVOGADO. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA BRANCA. DESNECESSÁRIA A APREENSÃO E PERÍCIA DA FACA. COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não obstante os esforços da agravante, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.
2. A tese de nulidade do processo por ausência de intimação do acusado para constituir novo advogado, ante a inércia da Defensoria Pública em apresentar recurso do acórdão que julgou a apelação não foi debatida no acórdão atacado, impossibilitando a análise da matéria, razão pela qual este Tribunal Superior encontra-se, destarte, impedido de pronunciar-se a respeito, sob pena de indevida supressão de instância.
3. A Corte de origem reconheceu a incidência da majorante do emprego de arma branca, em razão da prova oral colhida nos autos apta a afastar, destarte, a necessidade de apreensão e perícia da faca, o que está de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior.
4. Agravo regimental desprovido.

(STJ – AgRg no HC n. 825.311/DF, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 18/9/2023, DJe de 20/9/2023.) – Destaquei.

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA-BASE. VIOLÊNCIA EXACERBADA. CIRCUNSTÂNCIA QUE EXTRAPOLA AQUELAS ÍNSITAS AO TIPO PENAL. CAUSA DE AUMENTO. EMPREGO DE ARMA BRANCA. APREENSÃO E PERÍCIA. DESNECESSIDADE. OUTROS MEIOS DE PROVA. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. FUNDAMENTO IDÔNEO PARA JUSTIFICAR O RECRUDESCIMENTO DO REGIME PRISIONAL.

Agravo regimental improvido.

(STJ – AgRg no HC n. 827.770/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 1/9/2023.)

A Douta Procuradora de Justiça manifestou-se no mesmo sentido:

“(…) A defesa pretende a exclusão da majorante, prevista no art. 157, § 2º, inciso VII, do Código Penal, argumentando, para tanto, a imprescindibilidade de realização de exame pericial na arma do crime, o que não ocorreu, in casu, uma vez que tal artefato não foi apreendido. Todavia, para a configuração da causa de aumento relativa ao emprego de arma branca, prevista no referido dispositivo legal, é dispensável não só a apreensão do artefato utilizado, mas, também, o respectivo laudo técnico para atestar sua potencialidade lesiva, bastando a existência de outros elementos nos autos que comprovem sua utilização, a exemplo da palavra

firme e segura da vítima, como ocorreu, in casu (...)".

Desta forma, impossível acolher o pleito defensivo de reforma da sentença para afastar a majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso VII, do Código Penal.

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto no sentido de CONHECER PARCIALMENTE e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, mantendo-se inalterada a sentença recorrida, em todos os seus termos.  
É como voto.

Ex positis, acolhe esta Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o voto através do qual se CONHECE PARCIALMENTE e se NEGA PROVIMENTO ao apelo interposto.

Salvador/BA, (data da assinatura digital).

Desa. Soraya Moradillo Pinto  
Relatora